

Trabalho e linguagem em Luria: um estudo à luz da ontologia marxiano-lukacsiana*

Work and language in Luria: a study in the light of Marxian-Lukacsian ontology

Natália Ayres

Universidade Federal do Ceará (Brasil)

Resumo. Este artigo centrou-se na análise das categorias “trabalho” e “linguagem” na obra de Alexander Romanovich Luria, a partir do pressuposto, presente na ontologia marxiano-lukacsiana, de que o trabalho foi o ato que fundou o mundo dos homens e todos os complexos que o comportam. Nessa perspectiva, ao analisar as obras de Luria, conseguimos constatar que o tratamento dado pelo autor às categorias “trabalho” e “linguagem” se assenta nos preceitos fundamentais da ontologia do ser social, evidenciando o primado do trabalho em relação aos demais complexos, incluindo, assim, a linguagem, que surge das necessidades engendradas por ele. Nesse contexto, advoga que o trabalho comparece, juntamente com a linguagem, como o ato que forja a atividade consciente do homem, desenvolvendo neste, funções complexas, as quais não estão presentes nos animais.

Palavras-chave: trabalho, linguagem, Luria, ontologia do ser social.

Abstract. This paper has centered itself on the analysis of the categories ‘labor’ and ‘language’ in Alexander Romanovich Luria, from the assumption, which is present at the Marxian-Lukacsian ontology, that labor was the act that had founded the human world and all the complexes that keep it in place. In this perspective, we realize, as we analyze Luria’s work, that the treatment given by the author to the categories ‘labor’ and ‘language’ agrees with the fundamental precepts of the social being ontology, giving emphasis to the labor primacy in relation to the other complexes, including language, which appears from the necessities dreamed up by labor. In this context, labor comes, as well as language, as the act that radically changes human conscious activity, developing complex functions, which are not present in animals.

Keywords: labor, language, Luria, social being ontology.

* Trabalho apresentado no *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*, realizado na Universidade Federal Fluminense – UFF (Niterói-RJ/Brasil), de 30 de setembro a 04 de outubro de 2013. Resultado de uma pesquisa de mestrado intitulada *Trabalho e linguagem na obra de A. R. Luria: um estudo à luz da ontologia marxiana*, defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC (Fortaleza-Ce/Brasil).

Não há ninguém com capacidades excepcionais – não tenho nenhuma. Nem há uma capacidade específica ou um desastre específico. Mas há atmosfera de uma vida, que começou naquele momento único que foi o começo da Revolução. Há um período de exploração, o encontro com um gênio e o submeter-se à sua influência, e a série de realizações que um intelectual pode empreender ao longo de uma vida razoavelmente longa.

Alexander Romanovich Luria

Introdução

A Revolução Russa de 1917 introduziu mudanças radicais em todas as esferas da vida. No âmbito da ciência psicológica, buscou-se construir uma nova psicologia a partir dos preceitos marxistas. De acordo com Leontiev (1996, p. 431), “os psicólogos soviéticos foram os primeiros no mundo a iniciar de forma consciente a construção de uma psicologia nova, marxista”.

As condições postas pelo contexto revolucionário impunham à psicologia uma reorganização, no sentido de formular uma saída para a questão de seu objeto de estudo e o método utilizado. Nesse período, a psicologia se encontrava em pólos opostos - de um lado, a corrente idealista, que compreendia a consciência como manifestação do espírito, de outro, a corrente naturalista, que a considerava como decorrente diretamente do cérebro.

A partir desse contexto, dá-se início ao projeto coletivo de construção da psicologia marxista, entretanto, o passo decisivo para seu efetivo início acontece no ano de 1924, no II Congresso de Psiconeurologia, em Leningrado. Neste congresso, Vigotski profere uma palestra, na qual defende veemente a permanência do conceito de “consciência” na psicologia, porém, propondo estudá-la a partir de métodos objetivos. Vigotski chamou a atenção de todos não só pela clareza da sua fala, mas pelo conteúdo que apresentara, sendo convidado a fazer parte da equipe do Instituto de Psicologia de Moscou, onde se junta a Luria e Leontiev, sendo reconhecido como o líder do grupo, este passando a ser chamado de Troika.

Leontiev (1996, p. 431) lembra que Vigotski, na ocasião dessa comunicação, embora tivesse 28 anos, portanto, um psicólogo principiante, formara-se “como um pensador que percorreria um longo caminho de evolução intelectual, cuja lógica interna o levaria à necessidade de trabalhar precisamente no campo da psicologia científica”. Acrescenta, ainda, que datam dos seus anos estudantis o seu conhecimento do marxismo, através, principalmente, de livros introduzidos ilegalmente na Rússia, devido à censura czarista.

A partir da constituição da Troika, desenvolvem-se diversos estudos, os quais servirão de base para a Psicologia Histórico-Cultural, assentada no marxismo.

Segundo Luria (1992, p. 44), empreenderam “uma revisão crítica da história e do status da psicologia na Rússia e no resto do mundo”, passo inicial para o desenvolvimento dos estudos no caminho da meta de “criação de uma nova abordagem abrangente dos processos psicológicos humanos”.

Nesta perspectiva, para que possamos compreender a obra luriana é preciso considerar as condições de vida do autor, ou seja, o contexto histórico no qual suas ideias se desenvolveram. A vida e obra de Luria, portanto, estão articuladas ao chão histórico da União Soviética pós-revolucionária, no anseio de construção de uma nova sociedade, pautada nos interesses coletivos (sociais), e, conseqüentemente, à edificação de uma psicologia soviética de base marxista, em resposta ao movimento revolucionário em todas as esferas da vida (econômica, política, cultural, social), proporcionado pela Revolução de Outubro de 1917. Nessa tarefa de construção de uma psicologia marxista, Vigotski comparece como maior representante, sendo este, de acordo com Luria (1992, p.47), o “principal teórico marxista”. Assim, anunciamos, desde já, que o percurso de Luria se articula com o quadro histórico de consolidação de uma psicologia marxista, revolucionária: a Psicologia Histórico-Cultural.

Luria: alguns apontamentos biográficos

Aleksandr Romanovich Luria nasceu em 1902, na cidade de Kazan, situada sobre o rio Volga, a leste de Moscou. Seu pai, Roman Albertovich Luria, era médico e professor universitário. Sua mãe, Evgenia Viktorovna, foi dentista durante anos.

Aos 15 anos, depara-se com a Revolução Russa de 1917, influenciando decisivamente a sua vida. Abaixo a descrição do próprio Luria (1992, p. 25):

Nosso conteúdo e estilo de vida mudaram quase imediatamente. Ao invés da cuidadosa procura de um apoio para pôr os pés sobre a vida, nos defrontamos repentinamente com muitas oportunidades de ação – uma ação que ia muito além de nosso pequeno círculo familiar e de amigos. Os limites de nosso restrito mundo particular foram estilhaçados pela Revolução, e novas paisagens se abriram perante nossos olhos. Fomos arrebatados por um grandioso movimento histórico. Nossos interesses pessoais foram consumidos em favor das metas mais amplas de uma nova sociedade coletiva.

Em 1921, gradua-se na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Kazan, bem como começa a ter aulas de medicina, das quais conclui dois anos e interrompe por um tempo.

Demonstra, desde cedo, seu interesse pela psicologia, desenvolvendo estudos referentes à relação entre as emoções e as reações motoras. Sua experiência possibilitou sua ida para Moscou, em 1923, sendo convidado a integrar a equipe de Kornilov, no Instituto de Psicologia de Moscou, onde conhece Leontiev.

Buscava-se nesse momento a reconstrução da psicologia russa. A resposta veio no ano de 1924, quando conhece Vigotski, no Segundo Congresso de Psiconeurologia, em Leningrado, o qual é convidado para integrar a equipe do Instituto, formando assim o grupo denominado Troika, o qual edificou as bases da Psicologia Histórico-Cultural, esta assentada na teoria marxista, como já mencionado acima.

No período de 1924 até a morte de Vigotski, em 1934, desenvolve vários estudos, dos quais se destacam as pesquisas com analfabetos e semi-analfabetos na Ásia Central¹, bem como os estudos com gêmeos fraternos e idênticos no Instituto Médico-Genético de Moscou².

Cabe aqui uma importante consideração sobre a vinculação incontestável de Luria aos postulados vigotskianos:

Na breve década compreendida entre a chegada de Vigotski a Moscou, e sua morte por tuberculose em 1934, sua inteligência e sua energia criaram um sistema psicológico que, sem dúvida, ainda não fora completamente explorado. Praticamente, todos os ramos da psicologia soviética, na teoria como na aplicação prática, foram influenciados por suas idéias. Esses mesmos dez anos alteraram definitivamente o curso de meu trabalho. Sem destruir os impulsos básicos que me haviam atraído à psicologia, Vigotski me proporcionou um entendimento incomparavelmente mais amplo e profundo do empreendimento em que minha pesquisa precoce se incluía. No final da década de 20, o curso futuro de minha carreira estava terminado. Eu passaria o resto de meus anos desenvolvendo vários aspectos do sistema psicológico de Vigotski. (Luria, 1992, p. 60).

Luria, portanto, concentrou-se nas ideias de Vigotski, buscando demonstrar a origem social e a estrutura mediada dos processos psicológicos superiores. Acrescenta que, na época da sua morte, ele e seus colegas, com o objetivo de identificar a relação entre os fatores biológicos e sociais na estrutura das funções psicológicas superiores, desenvolveram duas estratégias complementares:

A primeira estratégia consistia em investigar o desenvolvimento dessas funções a partir das funções naturais, biologicamente determinadas, que as precediam. A segunda estratégia era o estudo da dissolução das funções psicológicas superiores, como resultado de algum distúrbio que afetasse o organismo. (Luria, 1992, p. 60).

Em 1936, contudo, Luria é impedido pelo stalinismo de continuar os trabalhos que vinha desenvolvendo (as pesquisas com analfabetos e semi-analfabetos, bem como os

¹ Luria planejou, com apoio de Vigotski, uma expedição pela Ásia Central, escolhendo as aldeias e os assentamentos nômades do Uzbequistão e de Khirgizia, onde era possível estudar de perto as mudanças socioeconômicas e culturais após a Revolução de 1917. Por tratar-se de um momento de transição, podiam observar tanto os grupos iletrados e não desenvolvidos, que habitavam as aldeias, quanto os grupos já envolvidos com a vida moderna, que experimentavam as mudanças ocorridas com o realinhamento social (Luria, 1992).

² A pesquisa com gêmeos fraternos e idênticos foi realizada a fim de compreender as devidas contribuições da hereditariedade e do ambiente em algumas características humanas particulares. Tinha como pressuposto que “as contribuições genéticas ao comportamento refletir-se-iam mais diretamente naquelas tarefas que demandassem processos cognitivos naturais do que nas que evocassem processos culturalmente mediados” (Luria, 1992, p. 89).

estudos com gêmeos), sob a orientação das ideias de Vigotski³. Nesse contexto, volta a freqüentar o curso de medicina. No período de 1937 a 1941, desenvolve seus primeiros estudos no campo da neuropsicologia. Destacam-se os anos seguidos à Segunda Guerra Mundial, pela participação ativa no reconhecimento, tratamento de lesões cerebrais e reabilitação das funções prejudicadas.

A psicologia soviética passa por uma nova agitação durante a Guerra Fria, principalmente no âmbito da genética. Nesse período, intensificam-se as repressões stalinistas. Luria, no início de 1950, dispensado do Instituto de Neurocirurgia, volta-se para os deficientes mentais, no Instituto de Defectologia. Pavlov⁴ tornou-se o referencial da psicologia soviética, devendo ser seguido rigorosamente, impossibilitando Luria de seguir abertamente as ideias de Vigotski, o qual passa a desenvolver dois tipos de trabalhos, um na linguagem pavloviana e outro na perspectiva vigotskiana - os estudos referentes a esta última foram publicados nas décadas de 1960-1970, quando a censura havia abrandado⁵.

A maioria dos seus trabalhos com o jargão pavloviano foi revisto e reformulado pelo próprio autor. Nesse período, intensificam novamente as investigações teóricas e experimentais, dando continuidade às ideias de Vigotski, as quais foram mantidas por Luria até o fim de sua vida, em 1977, ficando expressas nos seus inúmeros trabalhos.

Mediante à compreensão de que Luria se manteve fiel aos princípios da Psicologia Histórico-Cultural, assentada, por sua vez, no marxismo, buscaremos a seguir analisar em que medida o tratamento conferido pelo autor às categorias trabalho e linguagem guardam correspondência com os fundamentos da ontologia marxiano-lukacsiana.

Trabalho e linguagem na obra de Luria

O homem, enquanto ser social, reflete o mundo real no qual vive não através, unicamente, de uma impressão imediata do que o circunda, mas pode ultrapassar os limites da experiência sensível, penetrando de forma profunda na essência das coisas.

Luria (1986) lembra que Lenin ressaltou como objeto do conhecimento e, conseqüentemente, da ciência a relação existente entre as coisas e não estas em si. Assim, mais uma vez, assevera que o homem forma conceitos abstratos que possibilitam atingir a essência das coisas, ultrapassando os limites da experiência sensorial. Em outras palavras:

³ Com a ascensão e consolidação do regime stalinista, por volta de 1930, inicia-se um processo de censura política e ideológica. Nesse contexto, os psicólogos da Escola de Vigotski tentaram fundar seu próprio departamento de psicologia, mas não obtiveram êxito, pois nenhuma instituição de Moscou aceitou todo o grupo e, principalmente, o intuito de montar um currículo e um programa próprios. Formaram, então, um novo departamento de psicologia no Instituto Psiconeurológico da Universidade de Kharkov. Em 1936, muitos psicólogos soviéticos foram postos sob escrutínio, tendo seus estudos interrompidos e muitos foram obrigados a negar suas posições. Podemos citar ainda a proibição das obras de Vigotski, o qual, durante o período de censura, ficou desconhecido no seu próprio país.

⁴ Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936), fisiólogo russo.

⁵ Tuleski (2007) resalta que as décadas de 1960 e 1970, com a dissolução da censura, a psicologia foi se estabelecendo novamente no âmbito acadêmico e no ensino. Em 1966, fundou-se a Faculdade de Psicologia da Universidade de Moscou, bem como, em 1972, criou-se o Instituto de Psicologia na Universidade de Leningrado, além da abertura em diversas universidades de outras faculdades e sessões de psicologia. Foram realizadas, ainda, inúmeras investigações teóricas e experimentais, formulando ideias e orientações, muitas deram continuidade às ideias de Vigotski, as quais marcaram o desenvolvimento da psicologia soviética.

O homem não só pode captar as coisas mais profundamente do que lhe permite a percepção sensível imediata, mas também tem a possibilidade de tirar conclusões, não sobre a base da experiência imediata, mas sim com base no raciocínio. Tudo isto permite considerar que no homem existem formas muito mais complexas de recepção e elaboração da informação do que as da percepção imediata (Luria, 1986, p. 12).

Além de um conhecimento sensorial, ele possui também um conhecimento racional, este que permite penetrar mais profundamente na essência das coisas do que é possível através dos órgãos dos sentidos, ou seja, “com a passagem do mundo animal à história humana, dá-se um enorme salto no processo de conhecimento desde o sensorial até o racional”. O autor acrescenta, ainda, que “os clássicos do marxismo, com absoluto fundamento, disseram que a passagem do sensorial ao racional resulta não menos importante que a passagem da matéria inerte à vida” (Luria, 1986, p.12).

Luria (1979, p. 75, grifos do autor) anuncia que “a ciência histórica destaca dois fatores, que servem de fonte à transição da história natural dos animais à história social do homem”: 1. “o *trabalho social e o emprego dos instrumentos de trabalho*” e 2. “o surgimento da *linguagem*”, passando a examinar o papel desempenhado por eles na origem e formação da atividade psíquica do homem.

O trabalho: ato originário da atividade consciente do homem

Afinado com o pressuposto marxiano, de que o trabalho⁶ funda o ser social, Luria (1986, p. 21) entende que o homem se distingue do animal pela mudança radical do seu comportamento, através da “passagem à existência *histórico-social*, ao *trabalho* e às formas de vida social a ele vinculadas”. O trabalho, atividade vital humana, é pressuposto “numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem” (Marx, 1866, p. 255):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade.

⁶ O trabalho é apreendido por Marx (1866, p.255) como “um processo entre o homem e a natureza, processo este que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. O processo de trabalho “é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais” (Marx, 1866, p. 261).

No trabalho, para suprir uma determinada necessidade humano-social, o homem estabelece fins e procura os meios adequados para atingi-los. O homem, através do trabalho, não só modifica a natureza, produzindo o novo, mas projeta na sua consciência a sua ação sobre ela, diferenciando-se dos animais que, sobre sua base biológica, reproduzem sempre o mesmo.

A atividade vital humana caracteriza-se pelo trabalho social e este, mediante a divisão de suas funções, origina novas formas de comportamento, independentes dos motivos biológicos elementares. A conduta já não está determinada por objetivos instintivos diretos. Desde um ponto de vista biológico, não há nenhum sentido em atirar sementes na terra em lugar de comê-las, em espantar a presa ao invés de capturá-la diretamente ou afiar uma pedra se não se tem em conta que essas ações serão incluídas em uma atividade social complexa. O trabalho social e a divisão do trabalho provocam a aparição de motivos sociais de comportamento. É precisamente em relação com todos esses fatores que no homem criam-se novos motivos complexos para a ação e se constituem essas formas de atividade psíquica específicas do homem. (Luria, 1986, pp. 21-22).

O homem, ao ser livre do determinismo de sua base genética, responde de forma ativa e consciente aos seus carecimentos. Enquanto que a atividade vital dos animais, decorrente imediatamente do seu ser biológico, caracteriza-se como uma resposta cega, muda e fixa voltada, essencialmente, a sua sobrevivência e reprodução da sua espécie.

Destarte, enquanto as condições biológicas desempenham papel determinante na formação do comportamento do animal, as condições sócio-históricas é que cumprem esse papel na formação do comportamento humano, as quais criam novas formas de relação com a realidade, mediada pelo trabalho. Para Marx e Engels (1846), o ser social é um produto histórico, resultado do trabalho - relação ineliminável de transformação da natureza pelo homem.

A preparação de instrumentos de trabalho muda radicalmente a atividade do homem primitivo, distinguindo-se do comportamento animal. A partir do trabalho, a consciência humana deixa de ser um mero epifenômeno, ultrapassando a simples adaptação ao meio ambiente. Embora a consciência dos animais, especialmente dos mais evoluídos, pareça um fato inegável, “ela se mantém sempre como um pálido momento parcial subordinado ao seu processo de reprodução biologicamente fundado e que se desenvolve segundo as leis da biologia” (Lukács, 1976, p. 62).

No decorrer de seus trabalhos, ao desenvolver um estudo sobre a evolução do psiquismo, Luria diferencia a atividade consciente do homem do comportamento dos animais, explicitando, a partir de três características, a distinção radical do primeiro para o segundo.

A primeira concerne ao fato de que se o comportamento animal tem base puramente biológica, limitando-se à adaptação, à sobrevivência e à reprodução, a atividade consciente do homem não está ligada diretamente às necessidades biológicas, mas às necessidades sociais. Noutros termos, enquanto o comportamento do animal “conserva sua ligação com os motivos biológicos e não pode ultrapassar-lhes os limites”, tendo, sempre, “por base as

inclinações biológicas ou necessidades (necessidade de alimento, autoconservação ou necessidade sexual)” (Luria, 1979, p. 68); a atividade consciente do homem “não se baseia em quaisquer inclinações ou necessidades biológicas”, mas “é regida por complexas necessidades, frequentemente chamadas de ‘superiores’ ou ‘intelectuais’” (Luria, 1979, p. 71).

A segunda característica consiste no fato de que o animal tem seu comportamento determinado pela experiência imediata ou pela experiência anterior, portanto, sua ação está presa a essas influências diretas, sendo, assim, impossível de abstração. O homem, por sua vez, consegue abstrair a impressão imediata, estabelecer relações entre as coisas, a partir de um conhecimento mais profundo da realidade. Conforme o autor,

A atividade consciente do homem não pode tomar como orientação a impressão imediata da situação exterior e sim um conhecimento mais profundo das leis interiores dessa situação, razão por que há todo fundamento para afirmar-se que o comportamento humano, baseado no reconhecimento da necessidade, é *livre*. (Luria, 1979, p. 72 – grifo do autor).

A terceira se refere às limitações das fontes do comportamento dos animais, estas podem ser os programas com base na experiência de espécie, no comportamento instintivo ou na experiência imediata de dado indivíduo (comportamento individualmente variável ou reflexivo-condicionado). No homem acrescenta-se mais uma fonte que é a capacidade de assimilar e transmitir os conhecimentos e habilidades produzidos historicamente pela humanidade. Luria (1979, p. 69) assevera, ainda, que

Os animais não têm nenhuma possibilidade de assimilação da experiência alheia e de um indivíduo transmiti-la assimilada a outro indivíduo, e muito menos de transmitir a experiência formada em várias gerações. Os fenômenos que se descrevem como “imitação” ocupam lugar relativamente limitado na formação do comportamento dos animais, sendo antes uma forma de transmissão prática direta da própria experiência que uma transmissão de informação acumulada na história de várias gerações, que lembre o mínimo sequer a assimilação da experiência material ou intelectual das gerações passadas, assimilação essa que caracteriza a história social do homem.

Deste modo, diferentemente do animal, que tem seu comportamento restrito aos limites da experiência sensível imediata e de seus instintos, o homem assimila a experiência social acumulada por longos anos. Vigotski (1996, pp. 64-65) assinala o caráter extraordinariamente amplo da experiência herdada pelo homem em comparação à experiência animal:

O homem não se serve apenas da experiência herdada fisicamente. Toda nossa vida, o trabalho, o comportamento baseiam-se na utilização muito ampla da experiência das gerações anteriores, ou seja, de uma experiência que não se transmite de pais para filhos através do nascimento.

Consideramos oportuno registrar aqui a similitude da análise de Leontiev (1978, pp. 339-340 - grifos do autor), ao tratar do desenvolvimento mental na criança, na qual o autor diferencia-o do desenvolvimento do comportamento nos animais, pois estes são ausentes de “um processo *essencial* no desenvolvimento da criança: o processo de apropriação da experiência acumulada pela humanidade ao longo da sua história social”.

A criança, de acordo com Leontiev (1978, p. 340), desde o nascimento, “é rodeada por um mundo objetivo, criado pelos homens”, apropriando-se dos objetos e fenômenos humanos que a cercam. O autor distingue o processo de apropriação da criança do processo de adaptação dos animais:

[...] a adaptação biológica é um processo de *modificação* das faculdades e caracteres específicos do sujeito e do seu comportamento inato, modificação provocada pelas exigências do meio. A apropriação é um processo que tem por resultado a *reprodução* pelo indivíduo de caracteres, faculdades e modos de comportamento humanos formados historicamente. Por outros termos, é o processo graças ao qual se produz na criança o que, no animal, é devido à hereditariedade: a transmissão ao *indivíduo* das aquisições do desenvolvimento da *espécie*. (Leontiev, 1978, p. 340 - grifos do autor).

Nessa mesma direção, Vigotski (1996, p.64) afirmara que:

[...] O homem não se serve apenas da experiência herdada fisicamente. Toda nossa vida, o trabalho, o comportamento baseiam-se na utilização muito ampla da experiência das gerações anteriores, ou seja, de uma experiência que não se transmite de pais para filhos através do nascimento.

A criança, portanto, não nasce pertencente ao gênero humano, isso quer dizer que somente com a apropriação da experiência histórico-social é que ela vai adquirindo as capacidades e habilidades especificamente humanas.

São as condições histórico-sociais que permitem uma mudança, a partir da passagem à história social, da estrutura do comportamento humano, demarcando três fontes sob as quais residem as formas superiores de comportamento: os programas de comportamentos consolidados por via hereditária, a influência da experiência passada do próprio indivíduo e a transmissão e assimilação da experiência de toda a humanidade (Luria, 1979). Nos termos do referido psicólogo russo:

Junto com os motivos biológicos do comportamento, surgem os motivos superiores (“intelectuais”) de necessidades, concomitantes com o comportamento que depende da percepção imediata do meio. Surgem formas superiores de comportamento, baseadas na abstração das influências imediatas do meio, e, juntamente com as duas fontes do comportamento – os programas de comportamentos consolidados por via hereditária e a influência da experiência passada do próprio indivíduo -, surge uma terceira fonte formadora da atividade: a transmissão e assimilação da experiência de toda a humanidade. (Luria, 1979, p. 75).

Luria (1979) lembra que, diferentemente dos animais, o homem não só utiliza os instrumentos de trabalho, mas os prepara. Engels (1876, p. 13) destaca que “nenhuma mão simiesca jamais construiu um machado de pedra, por mais tosco que fosse”. Se a pedra

lascada é o instrumento de trabalho mais primitivo, no período posterior já surgem os instrumentos preparados especialmente pelo homem (flecha, lâmina). Essa preparação de instrumentos já muda radicalmente a atividade do homem primitivo, pois não se trata de uma simples atividade, voltada para uma necessidade biológica imediata (Luria, 1979). Compreende-se, então, que:

A preparação dos instrumentos (que às vezes subentendia também a divisão natural do trabalho) por si só já mudava radicalmente a atividade do homem primitivo, distinguindo-a do comportamento do animal. O trabalho desenvolvido na preparação dos instrumentos já não é uma simples atividade, determinada por motivo biológico imediato (a necessidade de alimento). Por si só a atividade de elaboração da pedra carece de sentido e não tem qualquer justificativa em termos biológicos; ela adquire sentido somente a partir do uso posterior do instrumento preparado na caça, ou seja, exige, juntamente com o conhecimento da operação a ser executada, o conhecimento do futuro emprego do instrumento. É esta a condição fundamental, que surge no processo de preparação do instrumento de trabalho, e pode ser chamada de primeiro surgimento da consciência, noutros termos, *primeira forma de atividade consciente*. (Luria, 1979, p. 76, grifos do autor).

Podemos compreender que o trabalho, para o autor, consoante com a concepção ontológica, constitui a base originária da consciência, imprimindo uma mudança radical no comportamento humano. Ao produzir seus meios de trabalho (instrumentos), o homem modifica sua atividade e seu comportamento. “Agindo sobre a natureza externa [...], ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 1866, p.255). O comportamento do homem, na preparação dos instrumentos de trabalho, implica um quantum de ações não dirigidas imediatamente para satisfação de necessidades de primeira ordem, passando a ocupar, como esclarece Luria (1979, p.76), “posição cada vez mais marcante na atividade consciente do homem”. Nas suas palavras,

[...] *adquiria caráter de estrutura complexa*; da atividade voltada para a satisfação imediata de uma necessidade, separa-se uma *ação* especial, que adquire seu sentido posteriormente, quando o produto dessa ação (preparação do instrumento) será empregado para matar a vítima e deste modo satisfazer a necessidade de alimento. A mudança mais importante da estrutura geral do comportamento – surgida no processo de transição da história natural do animal à história social do homem – *dá-se quando, a atividade geral, separa-se uma “ação” que não é dirigida imediatamente por motivo biológico e só adquire sentido com o emprego posterior dos seus resultados*. Percebe-se facilmente que, na medida em que se tornam mais complexas a sociedade e as formas de produção, essas ações, não dirigidas imediatamente por motivos biológicos, começam a ocupar posição cada vez mais marcante na atividade consciente do homem. (Luria, 1979, p. 76, grifos do autor).

Luria (1979, p. 77) ressalta que a estrutura da atividade durante a passagem à história social do homem não se limita à mudança mencionada acima. A preparação dos instrumentos de trabalho exige vários procedimentos e modos, ou seja, “a separação de várias operações auxiliares”, esta constitui a “sucessiva complicação da estrutura da atividade”, pois é dirigida “pelo objetivo consciente”. Complementa:

O surgimento de várias “operações” auxiliares por meio das quais se executa essa atividade é o que constitui a mudança radical do comportamento, que é o que representa uma nova estrutura de atividade consciente do homem. A complexa organização de “ações” conscientes, que se separa da atividade geral, leva ao surgimento de formas de comportamento, que não são diretamente dirigidas por motivos biológicos, podendo inclusive opor-se algumas vezes a eles.

Assim é, por exemplo, a caça na sociedade primitiva, durante a qual um grupo de caçadores “assusta” e afugenta a caça que deve ser apanhada, enquanto outro grupo arma emboscada para ela; aqui poderia parecer que as ações do primeiro grupo contradizem as necessidades naturais de apanhar a caça e só adquirem sentido a partir das ações do segundo grupo cujo resultado é a caça da vítima pelos caçadores. (Luria, 1979, p. 77).

O exemplo da caça na sociedade primitiva também é utilizado por Lukács (1976) para exemplificar os pores teleológicos secundários⁷, os quais buscam induzir o comportamento de outros homens, surgidas pela necessidade de colaboração, no processo de trabalho:

As dimensões, a força e a periculosidade dos animais a serem caçados tornam necessária a cooperação de um grupo de homens. Ora, para essa cooperação funcionar eficazmente, é preciso distribuir os participantes de acordo com funções (batedores e caçadores). Os pores teleológicos que aqui se verificam realmente têm um caráter secundário do ponto de vista do trabalho imediato; devem ter sido precedidos por um pôr teleológico que determinou o caráter, o papel, a função etc. dos pores singulares, agora concretos e reais, orientados para um objeto natural. Desse modo, o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens. (Lukács, 1976, pp. 83-84).

⁷ Os pores teleológicos secundários são aqueles “que não têm por fim a transformação, a utilização etc. de um objeto da natureza, mas que têm a intenção de levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito do enunciado” (Lukács, 1976, p.161).

Voltando as afirmações de Luria (1979) quanto ao exemplo da caça na sociedade primitiva, podemos encontrar consonância com o excerto lukacsiano. O autor soviético explicita que as operações auxiliares ou as ações conscientes dos homens não estão diretamente ligadas às necessidades naturais. Na explicitação de Lukács (1976), os pores teleológicos, mencionados no exemplo da caça, não têm como objetivo a transformação direta da natureza, mas da consciência dos homens que estão envolvidos na atividade, para atingir o fim último, que corresponde à satisfação de uma necessidade biológica. Para que a caça do animal se realize, é necessária a divisão das tarefas e parte destas não corresponde à finalidade primária que é pegar o animal para a alimentação.

Podemos relacionar, ainda, as afirmações de Luria à concepção marxiano-lukacsiana de dever-ser, no qual o homem tem seu comportamento determinado por finalidades sociais. A partir da posição do fim, o homem regula suas ações para alcançar o objetivo almejado. Lukács (1976, p.104) afirma que “a essência ontológica do dever-ser no trabalho dirige-se, certamente, ao sujeito que trabalha e determina não apenas seu comportamento no trabalho, mas também seu comportamento em relação a si mesmo enquanto sujeito do processo de trabalho”.

Ainda sobre o domínio do comportamento humano pela consciência, corroborando com os pressupostos expressos acima, Vigotski e Luria (1996, p.89) afirmam que “o processo do trabalho exige que o homem tenha certo grau de controle sobre seu próprio comportamento. Esse controle sobre si mesmo baseia-se, essencialmente, no mesmo princípio em que se baseia nosso controle sobre a natureza”.

Deste modo, a “atividade consciente do homem não é produto do desenvolvimento natural de propriedades jacentes do organismo, mas resultado de novas formas histórico-sociais de atividade-trabalho” (Luria, 1979, p. 77). O trabalho, portanto, é o primeiro ato responsável pelo surgimento da consciência.

A linguagem e seu papel na formação da atividade consciente do homem

Luria (1979, p. 77) destaca o surgimento da linguagem como “a segunda condição que leva à formação da atividade consciente de estrutura complexa do homem”. Vale citar que foi mérito de Engels, conforme lembra Lukács (1976, p. 46), ter posto o trabalho no centro da humanização dos homens. O teórico revolucionário alemão “deriva imediatamente do trabalho a sociabilidade e a linguagem”.

Entende-se comumente por linguagem um sistema de códigos através dos quais se designam os objetos do mundo exterior. Luria ressalta essa compreensão da linguagem, afirmando ser esta exclusivamente humana:

[...] um complexo sistema de códigos que designam objetos, características, ações ou relações; códigos que possuem a função de codificar e transmitir a informação, introduzi-la em determinados sistemas [...]. Na realidade, todas estas características são próprias apenas da linguagem no homem. A “linguagem” dos animais, que não possui estas características, é uma “quase-linguagem”. Quando o homem diz “pasta”, não somente designa uma coisa determinada, também a inclui em um determinado sistema de enlaces e relações.

Quando o homem diz “marrom”, se abstrai desta pasta, separando apenas sua cor. Quando diz “está”, abstrai o objeto e sua cor e assinala sua posição. Quando o homem diz “esta pasta está sobre a mesa” ou “esta pasta está perto da mesa”, expressa uma relação entre os objetos, dando uma informação completa. Portanto, a linguagem desenvolvida do homem é um sistema de códigos suficientes para transmitir qualquer informação, inclusive fora do contexto de uma ação prática. (Luria, 1986, p. 25 – grifos do autor).

Luria (1979, p. 78) esclarece, portanto, que “essa linguagem não existe entre os animais e surge somente no processo de transição à sociedade humana”. Os animais, embora possuam meios de expressão de seus estados, os quais são percebidos por outros animais, podendo influenciar o comportamento destes, são determinados por sua base genética. A comunicação dos animais, derivada do seu ser biológico-natural, trata-se apenas de sinais que, por mais precisos e desenvolvidos, “transmitem relações fixas constantemente reiteradas numa determinada constelação vital” (Lukács, 1976, p.161) – o perigo, a alimentação, a reprodução sexual. A “linguagem” natural do animal “*expressa* apenas um *estado* ou uma *vivência*” (Luria, 1986, p.25 – grifos do autor), não fornece uma informação objetiva, ou seja,

[...] simplesmente contagia os estados em que se encontra o animal que emite o som (como ocorre no caso do guia do bando de grou ou dos cervos) e provoca certos movimentos determinados pelo afeto. O grou experimenta ansiedade, esta se manifesta em seu grito e esse excita o resto do bando. O cervo reage ante o perigo levantando as orelhas, virando a cabeça, contraindo os músculos do corpo, fugindo, gritando. Desta forma expressa seu estado e os demais animais se contagiam dele, se “incluem” nele. Portanto, o sinal dos animais é uma expressão de seu estado afetivo e a transmissão do sinal é a transmissão deste estado, a inclusão nele dos outros animais e mais nada⁸. (Luria, 1986, p.25 – grifos do autor).

Portanto, nos animais não existe o complexo da linguagem, tal como se apresenta nos homens, já que eles não dão nome às coisas, nem, tão pouco, distinguem ações e qualidades, mas apenas expressam os seus estados afetivos, os quais são determinados pela sua consciência epifenomênica.

Contudo, como bem lembra o autor, o surgimento da linguagem constitui um problema que é objeto de inúmeras hipóteses e teorias – algumas “consideram a linguagem manifestação do campo espiritual” e outras, “seguindo as tradições do positivismo naturalista, tentam, inutilmente, ver a linguagem como resultado da evolução animal”. A solução científica desse problema tornou-se possível quando a filosofia e a ciência deixaram de procurar a origem da linguagem no cerne do organismo, bem como nas peculiaridades da alma ou do cérebro, compreendendo que “as condições que originaram o

⁸ Sobre a “linguagem” artificial dos macacos, o autor afirma que se deve ter uma interpretação diferente das experiências de aprendizagem com estes animais, ressaltando que “existem todas as bases para pensar que, neste caso, trata-se de formas complexas de elaboração de reações condicionadas artificiais que fazem recordar a linguagem humana apenas pelos seus traços externos, mas que não constituem uma atividade natural dos macacos” (Luria, 1986, p.26).

fenômeno devem ser procurados nas relações sociais do trabalho cujos primórdios de surgimento remontam ao período de transição da história natural à história humana” (Luria, 1979, p. 78-79).

Luria (1979, p. 79) destaca que “há muitos fundamentos para se pensar que o surgimento da linguagem teve seus primórdios nas formas de comunicação contraídas pelos homens no processo de trabalho”, ou seja, a linguagem surgiu da necessidade de comunicação estreita entre as pessoas no processo da atividade laboral. A existência da divisão social do trabalho, “por mais baixo que seja o seu nível, faz com que se origine do trabalho outra determinação decisiva do ser social, a comunicação precisa entre os homens que se unem para realizar um trabalho: a linguagem” (Lukács, 1976, p.160). Nas primeiras etapas da história, “esta linguagem esteve estritamente ligada aos gestos, os sons inarticulados podiam significar tanto ‘cuidado’ como ‘esforça-te’ etc., ou seja, o significado do som dependia da situação prática, das ações, dos gestos e da entonação com que era pronunciado” (Luria, 1986, p.22 – grifos do autor).

O psicólogo soviético demonstra corroborar com o postulado marxiano de que, sendo o trabalho o ato-gênese do ser social, todos os complexos são originados por ele, incluindo, assim, a linguagem, que “nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens” (Marx e Engels, 1846, p. 34).

Nos termos da ontologia marxiano-lukacsiana, portanto, à medida que o trabalho foi se complexificando, foram criados outros complexos, os quais foram se desenvolvendo ao longo do processo histórico-social; dentre tais complexos destaca-se a linguagem.

Lembramos, ainda, a compreensão marxiano-lukacsiana de que a linguagem, como complexo fundado pelo trabalho e médium de sua continuidade, mantém com ele uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa – ao mesmo tempo em que contribui no processo de desenvolvimento e complexificação do trabalho, vai se tornando mais rica (Lukács, 1976).

O trabalho cria a necessidade de transmitir aos outros, determinadas informações, estas não devem ficar restritas “à expressão de estados subjetivos (vivências), devendo, ao contrário, designar os objetos (coisas ou instrumentos) que fazem parte da atividade do trabalho conjunto” (Luria, 1979, p. 79). A esse respeito, esclarece, pois, que:

[...] seria incorreto pensar que os sons, que assumiram paulatinamente a função de transmitir certa informação, eram “palavras” capazes de designar com independência os objetos, suas qualidades, ação ou relações. Os sons, que começavam a indicar determinados objetos, ainda não tinham existência autônoma. Estavam entrelaçados na atividade prática, eram acompanhados de gestos e entonações expressivas, razão por que só era possível interpretar o seu significado conhecendo a situação evidente em que eles surgiam. Além do mais, nesse complexo de meios de expressão parece que, a princípio, coube posição determinante aos atos e gestos; estes, segundo muitos autores, constituíram os fundamentos de uma original linguagem ativa ou “linear” e só bem mais tarde o papel determinante passou a ser desempenhado pelos sons, que propiciaram a base para a evolução paulatina de uma linguagem de sons independente. Durante muito

tempo, porém, essa linguagem manteve a mais estreita ligação com o gesto e o ato e por isto o mesmo complexo de sons (ou “protovocabulo”) podia designar o objeto para o qual a mão apontava, a própria mão e ação produzida com esse objeto. Só depois de muitos milênios a linguagem dos sons começou a separar-se da ação prática e a adquirir independência. É a essa época que pertence o surgimento das primeiras palavras autônomas, que designavam objetos e bem mais tarde passaram a servir para distinguir as ações e qualidades dos objetos. Surgiu a língua como um sistema de códigos independentes, que durante um longo período histórico posterior de desenvolvimento assumiu a forma que distingue as línguas atuais. (Luria, 1979, p. 79).

A linguagem, portanto, como “segundo fator decisivo que determina a passagem da conduta animal à atividade consciente do homem”, surgiu da necessidade imprescindível de comunicação entre as pessoas, na designação da situação laboral (Luria, 1986, p.22).

Deste modo, a linguagem é entendida pelo autor como surgida pela necessidade de comunicação no processo de trabalho, inicialmente, e por um longo período, esteve estritamente ligada à atividade humana concreta. Somente com um longo processo de complexificação das formas de existência, foi progressivamente se separando da prática e se tornando “um sistema de códigos suficientes para transmitir qualquer informação, inclusive fora do contexto de uma ação prática” (Luria, 1986, p.25). Esta afirmação encontra consonância com o excerto a seguir:

[...] temos de considerar melhor um fenômeno, já por nós abordado, derivado diretamente do trabalho, isto é, o surgimento da relação “sujeito-objeto” e o distanciamento entre sujeito e objeto que necessariamente advém daí. Esse distanciamento cria imediatamente uma base imprescindível, dotada de vida própria, do ser social dos homens: a linguagem. (Lukács, 1976, p. 127 – grifo do autor).

O trabalho que, na produção do novo, faz surgir a relação sujeito-objeto e, conseqüentemente, a distância entre eles, faz derivar desta a linguagem.

A linguagem, formada historicamente, tem na palavra, de acordo com Luria (1986, p.27), o seu elemento fundamental – “a palavra designa as coisas, individualiza suas características. Designa ações, relações, reúne objetos em determinados sistemas. Dito de outra forma, a palavra codifica nossa experiência”. Lukács (1984, p. 296 – grifo do autor) escreve que as palavras:

[...] não são como aqueles sinais não formulados e não formuláveis com os quais o mundo animal se comunica em sua adaptação passiva, ligados especialmente ao *hic et nunc* concreto, como um perigo, mas expressam, na medida em que isso fosse então reconhecível, a genericidade de seus objetos, entendida como universal, isto é, nos fatos aos quais reagem, orientam-se espontaneamente para sua essencialidade categorial imediatamente perceptível. Por isso, só o gênero pode, na linguagem, nas palavras em geral, expressar a tendência para o categorial. Isso ocorre mesmo na mais primitiva das línguas, e seu desenvolvimento, já nos tempos “pré-históricos”, se

dirige para uma intensificação cada vez maior dessa tendência para o genérico-categorial, isto é, para essa constituição abstrativa das palavras.

Sobre o nascimento da palavra, Luria (1986, p. 28) é enfático:

Possuímos uma ampla base para pensar que a palavra, como signo que designa um objeto, surge do trabalho, e que é na história do trabalho e da comunicação, como repetidamente assinalou Engels, onde se deve buscar as raízes do surgimento da primeira palavra.

A palavra, que tem sua gênese no trabalho e na comunicação surgida neste, inicialmente esteve estritamente ligada à atividade prática; sem essa vinculação não seria possível ainda uma existência independente, ou seja, “nas primeiras etapas do desenvolvimento da linguagem, a palavra possuía um *caráter simpráxico*” (Luria, 1986, p. 28), pois:

[...] Pode-se pensar que, nas etapas da pré-história humana, a palavra recebia sua significação somente inserida na atividade prática concreta. Quando o sujeito realizava algum ato laboral concreto, elementar, juntamente com outros indivíduos, a palavra entrelaçava-se com este ato. Por exemplo, se o grupo necessitava levantar um objeto pesado – o tronco de uma árvore – a palavra “aj” podia significar “cuidado” ou “ergue mais a árvore”, “esforça-te”, “vigia o objeto”, mas o significado desta palavra mudava dependendo da situação e tornava-se compreensível somente a partir dos gestos (particularmente o gesto indicador dirigido ao objeto), da entonação e de toda a situação circundante. (Luria, 1986, p. 28 – grifos do autor).

Luria (1986, p. 29 – grifos do autor) realça que toda a história posterior da linguagem:

[...] é a história da *emancipação da palavra do terreno da prática, da separação da fala como atividade autônoma e seus elementos – as palavras – como um sistema autônomo de códigos*. Ou seja, é a história da formação da linguagem quando nela se foram incluindo todos os *meios indispensáveis para a designação do objeto e a expressão da idéia*. Este caminho de emancipação da palavra do contexto simpráxico é a passagem à linguagem como um sistema sinsemântico, quer dizer, como sistema de signos que estão enlaçados uns aos outros por seus significados e que formam um sistema de códigos que podem ser compreendidos, inclusive, quando não se conhece a situação.

Assim, conforme o psicólogo soviético, a história da linguagem corresponde à passagem do contexto simpráxico, do estreito enlace da palavra com a atividade prática, até a separação da linguagem como um sistema sinsemântico, ou seja, um sistema de códigos autônomo.

Para que possamos compreender melhor esses pressupostos, destacamos o que Luria (1986, p. 29) explicita sobre a origem da palavra na ontogênese (desenvolvimento da

criança), esta que “nunca se repete à filogênese (desenvolvimento da espécie), como em um tempo se considerava”:

O desenvolvimento da linguagem na ontogênese da criança não transcorre dentro do processo do trabalho, para o qual ela não se encontra preparada; transcorre no processo de assimilação da experiência geral da humanidade e da comunicação com os adultos. No entanto, a formação ontogenética da linguagem é também, em certa medida, a emancipação progressiva do contexto simpráxico e a elaboração de um sistema sinsemântico de códigos.

Luria (1986) esclarece que a linguagem nasce na criança não dos primeiros sons emitidos pelo lactente, mas sim das palavras que ela assimila na relação com o adulto, o qual corresponde a um longo processo. Explica o autor:

O início da verdadeira linguagem da criança e a aparição da primeira palavra, que é o elemento desta linguagem, está sempre ligado à *ação* da criança e à sua comunicação com os adultos. As primeiras palavras da criança, diferentes de seus primeiros sons, não expressam seus *estados*, mas sim estão dirigidas ao *objeto* e o designam. No entanto, essas palavras possuem no início um caráter simpráxico, estão fortemente enlaçadas com a prática. Se a criança brinca com um cavalinho e diz “tpru”, este “tpru” pode significar tanto “cavalo”, quanto “trenó”, “senta”, “vamos”, “pare”, conforme a situação, a entonação e os gestos que a acompanham. Portanto, mesmo que a primeira palavra da criança se dirija ao objeto, ainda é inseparável da ação, ou seja, possui um caráter simpráxico. (Luria, 1986, pp. 30-31 – grifos do autor).

A linguagem, assim, surge na criança a partir da fala do adulto, da sua relação com este. Inicialmente, as primeiras palavras usadas pela criança apresentam uma relação direta com a sua ação. Somente “na etapa seguinte a palavra começa a separar-se da ação e a adquirir progressivamente autonomia” (Luria, 1986, p. 31).

Luria (1986) destaca que a palavra tem como função principal seu papel designativo ou referência objetual, termo utilizado por Vigotski, como bem lembra o autor.

A palavra, como elemento da linguagem humana, possibilita ao homem que a domina duplicar o seu mundo, ou seja, ele pode não só lidar com os objetos diretamente, mas operar com estes mentalmente. Em termos mais amplos,

Com a ajuda da linguagem, que designa objetos, passa a se relacionar com o que não percebe diretamente e que antes não entrava em sua experiência. A palavra duplica o mundo, dando ao homem a possibilidade de operar mentalmente com objetos, inclusive na ausência deste. O animal possui um mundo – o mundo dos objetos e situações percebidos sensorialmente; o homem possui um mundo duplo, que inclui o mundo dos objetos captados diretamente e o mundo das imagens, ações, relações e qualidades que são designadas pelas palavras. O homem pode evocar voluntariamente estas imagens,

independente da presença real dos objetos, e dirigir voluntariamente este segundo mundo. Pode dirigir não apenas sua percepção, suas representações, mas também sua memória e suas ações [...]. Dito de outra forma, da palavra nasce não só a duplicação do mundo, mas também a ação voluntária, que o homem não seria capaz de cumprir se carecesse de linguagem. (Luria, 1986, pp. 32-33).

Luria (1986) ressalta, ainda, que a palavra, ao possibilitar a duplicação do mundo, garante a possibilidade da assimilação da experiência acumulada pelas gerações anteriores, bem como da transmissão da experiência de indivíduo a indivíduo. A linguagem, como fonte de informação, permite ao homem receber a experiência de outros indivíduos, sem ser obrigado a recorrer sempre a sua experiência pessoal. Lukács (1976, p.127) expõe que:

[...] a reprodução realizada através do signo verbal se separa dos objetos designados por ela e, por conseguinte, também do sujeito que a realiza, tornando-se expressão conceptual de um grupo inteiro de fenômenos determinados, que podem ser utilizados de modo análogo por sujeitos inteiramente diferentes em contextos inteiramente diferentes.

Outra importante função da palavra, destacada por Luria (1986, p.36) é o significado “categorial” ou “conceitual”, denominado por Vigotski, de acordo com o autor, de “significado propriamente dito”. Eis sua definição:

Por significado categorial da palavra, que sai dos marcos da referência objetal, entendemos a capacidade para não apenas substituir ou representar os objetos, não apenas provocar associações parecidas, mas também *analisar os objetos*, para abstrair e generalizar suas características. A palavra não somente substitui uma coisa, também a analisa, a *introduz em um sistema de complexos enlaces e relações*. Chamamos de significado categorial a essa função de abstrair, analisar e generalizar que a palavra possui. (Luria, 1986, p. 36 – grifos do autor).

Nesse sentido, a palavra não só designa um objeto, mas separa o traço característico desse objeto e o analisa. E, além disso, “a palavra generaliza uma coisa, a inclui em uma determinada categoria, ou seja, possui uma complexa função intelectual de generalização” (Luria, 1986, p. 37).

O autor realça, ainda, que a palavra, ao generalizar as coisas, transforma-se “em um instrumento de abstração e generalização, que é a operação mais importante da consciência”. Isso quer dizer que “a palavra não é somente um meio de substituição das coisas, é a *célula do pensamento*, precisamente porque a função mais importante do pensamento é a abstração e generalização” (Luria, 1986, p. 37 – grifos do autor).

Vale ressaltar aqui, de acordo com o autor, que tanto a referência objetal da palavra como o seu significado não permanecem imutáveis no decorrer do desenvolvimento da criança. Luria (1986, p. 43) atribui esta descoberta a Vigotski, afirmando que:

[...] foi formulada por ele como a tese de que o significado das palavras desenvolve tanto no relativo à sua estrutura como ao sistema de processos psíquicos que se encontram em sua base. Vigotski denominou esta proposição fundamental, proposição sobre o desenvolvimento semântico e sistêmico do significado da palavra.

O desenvolvimento semântico do significado da palavra, no entendimento de Vigotski, corresponde ao fato de que, na ontogênese,

[...] tanto a referência da palavra ao objeto como a separação de suas correspondentes características, a codificação dos traços dados e a inclusão do objeto num determinado sistema de categorias não permanecem imutáveis, mudam à medida que a criança se desenvolve. (Luria, 1986, p. 43).

O desenvolvimento sistêmico do significado da palavra consiste na compreensão de que:

[...] por trás do significado da palavra nas diferentes etapas do desenvolvimento, encontram-se diferentes processos psíquicos; sendo assim, com o desenvolvimento do significado da palavra, muda não só sua estrutura semântica, mas também sua estrutura sistêmica psicológica. (Luria, 1986, p. 43).

Segundo o autor, Vigotski uniu o desenvolvimento da palavra ao desenvolvimento da consciência. À medida que a criança se desenvolve, muda não só o significado da palavra, mas também o reflexo dos enlaces e relações que, por meio da palavra, determinam a estrutura de sua consciência. (Luria, 1986).

Além do significado, a palavra apresenta também um sentido. O significado é “o sistema de relações que se formou objetivamente no processo histórico e que está encerrado na palavra”, ou seja, é um sistema de generalizações criado na experiência social, conservado por todas as pessoas. Já o sentido é “o *significado individual da palavra*, separado deste sistema objetivo de enlaces, este está composto por aqueles enlaces que têm relação com o momento e a situação dados” (Luria, 1986, p.45 – grifo do autor).

Conforme o autor, uma mesma palavra possui um significado, formado no desenvolvimento histórico-social, igualmente utilizado por todos os indivíduos, e, junto com ele, um sentido, que consiste na separação, neste significado, de aspectos relacionados a uma dada situação e às vivências afetivas da pessoa.

Nesse contexto, destaca-se o que Vigotski diferenciou de conceitos cotidianos, os quais “evocam um sistema de enlaces reais-imediatos”, e os conceitos científicos, que “introduzem o objeto em um sistema de determinações lógico-verbais” (Luria, 1986, p. 60). Os conceitos cotidianos estão presentes nas etapas iniciais de desenvolvimento da criança, que não determina por completo o significado das palavras, mas reproduz algum traço ou função do objeto ou, ainda, insere-o numa situação prática.

Luria (1986, p. 67) assevera que:

[...] somente com a alfabetização, com a passagem a formas sociais mais complexas de produção, [...] passam a dominar facilmente a forma “categorial” de generalização dos objetos. Isto mostra convincentemente que os avanços fundamentais nas distintas operações cognitivas são provocados por fatores sócio-econômicos e culturais.

A partir do exposto, verifica-se que os conceitos cotidianos não estão presentes somente nas crianças pequenas, mas nas pessoas que, por determinadas condições socioeconômicas, não tiveram acesso ao conhecimento sistematizado. E que, portanto, para que haja a passagem dos conceitos cotidianos aos científicos, é necessária a aquisição destes através da escola, da transmissão do conhecimento sistematizado pelo professor⁹.

Nessa direção, retornamos às funções da palavra, que, ao abstrair o traço essencial e generalizar o objeto, é não só instrumento do pensamento, mas é também meio de comunicação.

Assim sendo, Luria (1986, p. 37) apresenta, ainda, a transmissão do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade como uma função mais profunda e importante da palavra:

[...] Em uma linguagem desenvolvida, a palavra não só separa a característica do objeto e generaliza a coisa, incluindo-a em uma determinada categoria; além disso, a palavra executa um trabalho automático de análise do objeto que passa despercebido para o sujeito, transmitindo-lhe a experiência das gerações anteriores, experiência acumulada na história da sociedade.

Ao transmitir a experiência acumulada na história social, a palavra permite ao homem ir além dos limites da experiência sensível, permite penetrar no plano racional, convertendo-se, nas palavras de Luria (1986), em um instrumento poderoso de análise do mundo.

De acordo com Luria (1986, p. 22), a linguagem, como resultado da história social,

[...] transformou-se em instrumento decisivo do conhecimento humano, graças ao qual o homem pode superar os limites da experiência sensorial, individualizar as características dos fenômenos, formular determinadas generalizações ou categorias. Pode-se dizer que, sem o trabalho e a linguagem, no homem não se teria formado o pensamento abstrato “categorial”.

Sobre a relação trabalho, pensamento e linguagem é esclarecedora a seguinte passagem de Lukács (1976, p. 85):

[...] É sem dúvida possível deduzir geneticamente a linguagem e o pensamento conceitual a partir do trabalho, uma vez que a execução do processo de trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só

⁹ Vale ressaltar que hodiernamente, na sociabilidade capitalista, presenciamos a negação, cada vez mais ampliada, do conhecimento científico, sistematizado. O professor deve desenvolver sua aula a partir do saber cotidiano dos seus alunos e permanecer neles, pois estes que serão necessários na prática imediata-utilitária.

podem ser satisfeitas reestruturando ao mesmo tempo quanto à linguagem e ao pensamento conceitual as faculdades e possibilidades psicofísicas presentes até aquele momento, ao passo que a linguagem e o pensamento conceitual não podem ser entendidos nem em nível ontológico nem em si mesmos se não se pressupõe a existência de exigências nascidas do trabalho e nem muito menos como condições que fazem surgir o processo de trabalho. É obviamente indiscutível que, tendo a linguagem e o pensamento conceitual surgido para as necessidades do trabalho, seu desenvolvimento se apresenta como uma ininterrupta e ineliminável ação recíproca, e o fato de que o trabalho continue a ser o momento predominante não só não suprime a permanência dessas interações, mas, ao contrário, as reforça e as intensifica.

Luria (1986, p. 22) afirma que “as origens do pensamento abstrato e do comportamento ‘categorial’, que provocam o salto do sensorial ao racional, devem ser buscadas não dentro da consciência nem dentro do cérebro, mas sim fora, nas formas sociais da existência histórica do homem”.

O autor apresenta esta formulação como a “tese fundamental da psicologia marxista” (Luria, 1986, p. 22), apresentando, deste modo, a atividade consciente do homem como o principal objeto da psicologia. Assim,

Conserva-se o problema da consciência e do pensamento como as questões fundamentais da ciência psicológica e se coloca a tarefa de fazer uma análise científica determinista das formas complexas da atividade consciente do homem, de dar uma *explicação* destes complexíssimos fenômenos. (Luria, 1986, pp. 22-23 – grifos do autor).

Segundo Luria (1979, p. 80), a linguagem desempenhou importante papel na reorganização posterior da atividade consciente humana. Noutros termos, esclarece que, “a par com o trabalho, a linguagem é o fator fundamental da consciência”. Essa ideia encontra seu fundamento na filosofia marxista, como poderemos perceber na afirmação de Lukács (1976, p.129) a seguir:

Como ocorre com o trabalho, também com a linguagem se consumou um salto do ser natural para o social; também aqui esse salto é um processo lento, cujos primeiros começos permanecerão desconhecidos para sempre, ao passo que, com a ajuda do desenvolvimento das ferramentas, podemos estudar e, dentro de certos limites, abarcar em seu conjunto a orientação de desenvolvimento, com um conhecimento *post festum*.

Em sintonia com os preceitos da Psicologia Histórico-Cultural, Luria (1979, p.80-81) destaca três mudanças essenciais à atividade consciente do homem com o surgimento da linguagem: 1. ao designar objetos e eventos exteriores com palavras isoladas ou combinadas, permite “discriminar esses objetos, dirigir a atenção para eles e conservá-los na memória”; 2. abstrai das coisas suas propriedades fundamentais, relacionando-as a determinadas categorias; 3. permite ao homem se apropriar do conhecimento

historicamente acumulado, sendo “o veículo fundamental de transmissão de informação, que se formou na história social da humanidade”.

Considerações finais

O estudo apresentado aqui buscou explicitar que Luria, mesmo após a morte de Vigotski e o momento de grande censura no período do stalinismo, não se desvinculou do materialismo histórico-dialético, bem como do enfoque histórico-cultural. O próprio autor reafirma o seu reconhecimento à Vigotski, ressaltando que, depois da influência deste, tornou-se seu seguidor durante toda a sua vida, afirmação esta expressa na epígrafe escolhida para este artigo.

Tal resgaste contribui, ainda, para responder aqueles que, a despeito das próprias afirmações do autor, tentam desassociá-lo de Vigotski (e de Leontiev), bem como da perspectiva do materialismo histórico-dialético, apropriando-se indevidamente dos seus escritos, distorcendo as categorias do autor, retirando destas os pressupostos marxistas.

Verificamos, ao contrário, que os entraves vivenciados por Luria ao longo do desenvolvimento dos seus estudos não o impediram de continuar com a linha desenvolvida pela Troika, cujo corpus teórico encontra-se consubstanciado na Psicologia Histórico-Cultural.

Partindo dessa compreensão, ao analisarmos nas obras de Luria as categorias trabalho e linguagem, identificamos a premissa central da ontologia marxiano-lukacsiana: o trabalho como o ato gênese do ser social.

Luria apresenta o trabalho, e posteriormente a linguagem, como o fator da passagem do ser natural dos animais ao ser social do homem, distinguindo o comportamento animal, determinado pelas condições biológicas, da atividade consciente dos homens, a qual tem por base as leis sócio-históricas.

O psicólogo soviético estudado atribui à preparação de instrumentos pelo homem, através do trabalho, a mudança radical promovida no comportamento humano. Além disso, o comportamento do homem, no processo de trabalho, requer operações auxiliares, que são ações dirigidas por um objetivo consciente, não imediatamente ligadas para a satisfação de necessidades biológicas. Tais ações conscientes proporcionam o surgimento de formas sociais de comportamento.

O autor compreende, deste modo, a origem da atividade consciente do homem a partir do trabalho, com a participação fundamental do complexo da linguagem, esta que é compreendida por Luria, afinado com os preceitos da ontologia marxiano-lukacsiana, como complexo surgido da necessidade de comunicação entre os homens no processo de trabalho, estando ligada durante um longo período à atividade laborativa, através da gesticulação. A partir da complexificação do trabalho, a linguagem vai, de forma progressiva, separando-se da prática e tornando-se um sistema de código autônomo.

O trabalho faz com que a linguagem se torne um importante instrumento para a transmissão da riqueza material e intelectual produzida pelas gerações anteriores e que cumpra, no desenvolvimento mental da criança, o papel de elevar suas funções elementares a funções psíquicas superiores.

Reafirmamos, por fim, a partir dos estudos de Luria, a Psicologia Histórico-Cultural, como a teoria psicológica que, fundamentada no marxismo, compreende a origem ontológica do indivíduo, evidenciando a sua constituição a partir das condições sociais estabelecidas no decurso da história, deixando formulada importantes contribuições para compreensão do devir humano.

Referências

- Engels, Friedrich (1876). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Antunes, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 2004.
- Leontiev, A. N. (1996). Artigo sobre o trabalho criativo de L. S. Vigotski. In: Vigotski, L. S. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lukács, György. (1976). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Lukács, György. (1984). *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Luria, A. R. (1975). *Fundamentos de neuropsicologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- Luria, A. R. (1986). *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Luria, A. R. (1979). *Curso de psicologia geral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Luria, A. R. (1992). *A construção da mente*. São Paulo: Ícone.
- Marx, Karl & Engels, Friedrich. (1846). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Marx, Karl. (1866) *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Tuleski, Silvana Calvo. (2007). *A unidade dialética entre corpo e mente na obra de A. R. Luria: Implicações para a Educação Escolar e para a Compreensão dos Problemas de Escolarização*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara.
- Vigotski, L. S; Luria, A. R. (1996). *Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Vigotski, L. S. (1996). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Fecha de recepción: 10 de octubre 2013

Fecha de aceptación: 26 de febrero 2014